

Os Guarani: territorialidade, população, mobilidade e políticas públicas¹

Rosa Sebastiana Colman²
Marta Maria do Amaral Azevedo³
Levi Marques Pereira⁴

Introdução

Neste capítulo trazemos reflexões sobre a situação dos Guarani⁵ no Mato Grosso do Sul (MS), buscando articular demografia, território, mobilidade e políticas públicas. O capítulo se encontra dividido em duas partes. Na primeira realizamos projeções populacionais e calculamos a relação entre a população e a disponibilidade de terras. Nessa análise, consideramos que existem terras em diferentes fases de reconhecimento administrativo, desde as regularizadas até as que ainda aguardam encaminhamento. As terras regularizadas são totalmente ocupadas pelos indígenas, enquanto nas outras a posse é parcial e constantemente ameaçada. Para o cálculo desta relação não foi considerada a qualidade da terra,

¹ Parte desta versão foi elaborada como uma “Síntese dos primeiros resultados sobre mobilidade espacial e monitoramento e avaliação das políticas públicas junto aos Guarani no Brasil”, no âmbito do Projeto “Fortalecimento das políticas públicas entre os Guarani na região das fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina” desenvolvido em parceria com o Ministério Público Federal, de Brasília, o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), o Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGANT), Programa de Pós-graduação em Educação e Territorialidade (PPGET), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). <https://orcid.org/0000-0002-9992-913X>. Correo-e: rosacolman@ufgd.edu.br.

³ Consultora independente. <https://orcid.org/0000-0003-02909-3725>. Correo-e: azevedomarta-maria55@gmail.com.

⁴ Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGANT), Programa de Pós-graduação em Educação e Territorialidade (PPGET), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). <https://orcid.org/0000-0002-8513-2613-2613>. Correo-e: levimarquespereira2@gmail.com.

⁵ Aqui a denominação Guarani engloba vários grupos étnicos, considerados como de língua e tradição cultural guarani.

ou seja, a paisagem e o meio ambiente. Na segunda parte, analisamos o acesso dos indígenas aos serviços de educação escolar e saúde e, a partir destas informações, calculamos alguns indicadores que podem auxiliar na avaliação de políticas públicas destinadas a essas comunidades indígenas.

O Censo Demográfico de 2010 trouxe, pela primeira vez, as informações por etnia e desde então permanece uma lacuna em relação a tais dados. Espera-se, contudo, que esta lacuna seja preenchida com os dados do censo de 2022, com informações atualizadas acerca da população indígena por Terra Indígena, município, grupos etários e sexo, porém mantém-se uma ausência de dados por etnia. Por este motivo, as projeções e indicadores aqui elaborados tiveram que se basear em projeções e estimativas de dados anteriores ao Censo Demográfico de 2010, o qual trouxe pela primeira vez as informações por etnia.

Considerando tal situação, registramos o esforço e os limites para elaboração de tais dados, os quais podem servir de referencial para uma futura atualização a partir das informações por etnia do Censo Demográfico de 2022 a serem publicados.

Os Guarani tendem a ter um comportamento demográfico parecido nos países em que estão presentes –Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia– e, por serem o mesmo povo, pensamos em dar continuidade à pesquisa na comparação de dados entre estes países no futuro, a partir dos dados que estão ainda sendo divulgados.

Nesse sentido, no Brasil e no Mato Grosso do Sul, por exemplo, trazemos as informações de população indígena a partir dos dados dos primeiros resultados. Os números de 2022 são expressivos, como podemos observar na tabela 1.

Tabela 1. Indígenas, por condição de declaração e localização do domicílio Brasil e Mato Grosso do Sul (2010-2022)

Anos Total		Localização do domicílio			
		Em Terras Indígenas		Não se declararam indígena, mas se consideravam indígenas	Fora de Terras Indígenas
		Total	Declararam-se indígenas		
BR 2010	896.917	517.383	438.429	78.954	379.534
BR 2022	1.694.836	622.844	600.740	22.104	1.071.992
MS 2010	77.025	61.158	57.428	3.730	15.867
MS 2022	116.469	68.682	66.628	2.054	47.787

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2010 e 2022.

Outra atualização importante é a mudança no atendimento da saúde indígena que em 2013 passou a ser feita pela SESAI, Secretaria especial de Saúde Indígena (Silva, 2013).

1. Dinâmica demográfica

Os Guarani da América Latina apresentam uma dinâmica demográfica que resultou num crescimento acelerado nos últimos 40 anos. Os níveis de mortalidade infantil (TMI – taxa de mortalidade infantil ou CMI– coeficiente de mortalidade infantil) vêm caindo e as taxas de fecundidade total ou o número médio de filhos por mulher se mantém altas –em torno de 5 ou 6 filhos por mulher em média. Esse crescimento pode ser considerado uma fase de recuperação populacional provocada pela reação às grandes perdas que esses povos sofreram em diferentes épocas do contato com os não indígenas nos séculos passados.

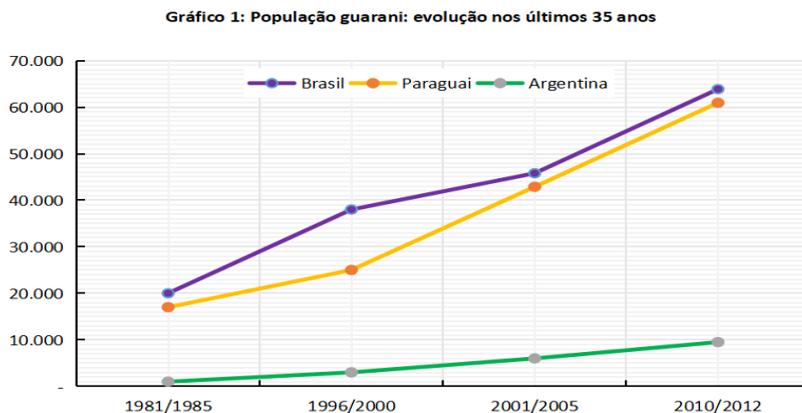
Entre 1981 e 2012, os Guarani experimentaram um alto crescimento populacional no Brasil, Paraguai e Argentina (tabela 2), o que se deve ao elevado crescimento vegetativo. No caso do Brasil, nesse período de 30 anos, os Guarani mais que dobraram de tamanho. Entretanto, tal comportamento não se deve ao deslocamento populacional de outros países em direção ao Brasil, pois tanto na Argentina quanto no Paraguai se observa que a população Guarani também duplicou (tabela 2, 3 e gráfico 1).

Tabela 2. Evolução da população Guarani Brasil, Paraguai e Argentina (1981-2012)

Países	1981/1985	1996/2000	2001/2005	2010/2012
Brasil	20.000	38.000	45.787	63.861
Paraguai	17.000	25.000	42.870	60.930
Argentina	1.000	3.000	6.000	9.500
Total	38.000	66.000	94.657	134.291

Fonte: Brasil: Instituto Socioambiental e Funasa, 2008, Censos Demográficos 2010 e 2012; Argentina: Universidad Nacional de Misiones e Endepa; Paraguai: Censos Indígenas Nacionales.

Gráfico 1. Evolução da população Guarani Brasil, Paraguai e Argentina (1981-2012)



Fonte: Brasil: Instituto Socioambiental e Funasa⁶, 2008; Censos Demográficos 2010 e 2012; Argentina: Universidad Nacional de Misiones e Endepa; Paraguai; Censos Indígenas Nacionales.

Em 2016, os autores deste capítulo estiveram na coordenação do *Mapa Continental*, no qual foram compilados dados da região de chaquenha na Bolívia, do noroeste da Argentina e do Paraguai ocidental, obtendo-se os seguintes dados estimados da população Guarani: 54.825 na Argentina, 83.019 na Bolívia, 85.255 no Brasil e 61.701 no Paraguai (EMGC, 2016).

Como será explicitado adiante, existe um fluxo migratório transfronteiriço nestas regiões, mas ele não é unidirecional. É comum, ali, que as pessoas circulem para visitarem parentes e/ou que residam por alguns períodos determinados em distintos países, de modo que essa mobilidade acaba por fluir em vários sentidos.

⁶ A Funasa é referida várias vezes no texto. Atualmente ela não atende mais a saúde indígena, sendo substituída pela Sesai.

Tabela 3. Evolução da população Guarani (1) Brasil (1981-2016)

Período	População
1981-1985	20.000
1996-2000	38.000
2001-2005	45.787
2007-2008	51.000
2010-2012	63.861
2015-2016	85.255

(1) Os dados e as estimativas elaboradas foram elaborados pelo Instituto Socioambiental para suas publicações “Povos Indígenas no Brasil”, utilizando fontes diversas para estruturar sua base de dados, e não incluem os Guarani residentes em áreas urbanas. As estimativas para 2007/2008 foram feitas com base em dados da Funasa e nas informações da pesquisa Projeto Mapa Guarani Retã, em 2008, e Equipe Mapa Guarani Continental 2016.

Fonte: Instituto Socioambiental e FUNASA, 2008; Censo Demográfico, 2010.

1.1. Estrutura etária e projeções populacionais

As projeções populacionais têm por objetivo estimar o tamanho da população nos próximos anos. Como não temos informações históricas sobre a dinâmica demográfica dos Guarani, é muito difícil prever o que deve acontecer com essa população. Porém, é possível elaborar algumas estimativas e criar alguns cenários que, em diálogo constante com as próprias comunidades Guarani, podem oferecer melhores planejamentos no âmbito das políticas públicas voltadas a esses grupos.

Nesse primeiro estudo podemos já adiantar que a população Guarani com certeza irá duplicar ou pelo menos aumentar bastante nos próximos 20 anos, ainda que as estimativas de população futura estejam em andamento (tabela 4). Há coortes mais jovens que representam mais da metade da população total, o que nos indica esse crescimento: 50,19% do total da população Guarani no Brasil tem de 0 a 14 anos; 41,37% possuem de 15 a 49 anos –são os adultos desse povo, de acordo com sua realidade sociocultural–; e, 8,44% são os idosos, com mais de 50 anos. A característica principal desse tipo de estrutura etária nessa população são os altos níveis de natalidade e, também, os altos níveis de mortalidade. A mortalidade infantil em geral vem caindo e a fecundidade se mantém elevada.

Podemos afirmar, com base nessas informações reunidas e pressupondo uma certa continuidade no decréscimo dos níveis de mortalidade, que a população Guarani no Brasil terá a evolução conforme apresentada na tabela 4.

Tabela 4. Projeções da população Guarani Brasil (1981-2031)

Período	População
1981-1985	20.000
1996-2000	38.000
2001-2005	45.787
2008	51.000
2011	55.500
2021	70.500
2031	85.500

Fonte: CIMI, FUNASA e equipe NEPII e NEPO.

Essas projeções foram feitas utilizando o método do incremento anual de população. Esse é um método conservador que resulta em valores abaixo do que é observado na realidade. Os pressupostos desse método são que a população deve ser “fechada”, o que significa que os impactos positivos ou negativos da migração e as taxas de natalidade e mortalidade devem se manter mais ou menos nos mesmos níveis da população base. Em 2010, confirmando a projeção estimada, os dados do Censo Demográfico informaram uma população total de 63.861 Guaranis.

Nas Tabelas 5 e 6, observa-se a estrutura etária da população Guarani dividida por grandes grupos de idade no Brasil e no Mato Grosso do Sul, respectivamente. Esse cálculo permite pensar uma dinâmica demográfica futura de duplicação da população em um período de 15-20 anos (Pagliaro, 2002). As tabelas 7 e 8 mostram estes mesmos resultados para 2010, agregando a situação do domicílio (urbano e/ou rural) conforme os dados do Censo Demográfico. No Censo de 2010, a população Guarani continuava com metade das pessoas abaixo de 15 anos. Em síntese, é uma população muito jovem e com crescimento vegetativo alto.

Tabela 5. População Guarani, por sexo, segundo grandes grupos etários Brasil (2008)

Grupos etários	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
0 a 14	13.097	25,45	12.730	24,74	25.827	50,19
15 a 49	10.581	20,56	10.710	20,81	21.291	41,37
50 e +	2.108	4,1	2.237	4,35	4.345	8,44
Total	25.786	50,11	25.677	49,89	51.463	100,00

Fonte: FUNASA 2008.

Tabela 6. População Guarani, por sexo, segundo grandes grupos etários Estado do Mato Grosso do Sul (2008)

Grupos etários	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
0 a 14 anos	10.700	25,51	10.513	25,07	21.213	50,58
15 a 49 anos	8.501	20,27	8.734	20,82	17.235	41,09
50 anos e mais	1.667	3,97	1.827	4,36	3.494	8,33
Total	20.868	49,75	21.074	50,25	41.942	100,00

Fonte: FUNASA, 2008.

Para pensarmos no perfil etário de uma população, é importante também fazermos os cálculos dos grandes grupos de idade, principalmente para populações de pequeno porte, como os grupos indígenas no Brasil. Esses grupos etários permitem ter uma ideia do perfil de idade de cada população; entre os povos indígenas no Brasil, a população de 0 a 14 anos pode ser considerada jovem, ainda não casada, sem filhos. De maneira geral, a idade ao ter os primeiros filhos entre os povos indígenas fica entre 14 e 18 anos mais ou menos, ou seja, logo após a puberdade, depois dos rituais de iniciação masculina e feminina. Entre os não indígenas, essa fase de idade é considerada “adolescente”, porém, entre os Guarani, por exemplo, não existe essa categoria, sendo que a criança quando passa pelos rituais de puberdade já é considerada adulto apto a se casar e exercer de alguma maneira sua autonomia econômica. Portanto, a primeira faixa etária de 0 a 14 anos engloba as crianças e jovens solteiros; a segunda faixa, de 15 a 49 anos, é aquela representada pelos adultos jovens, e, no caso das mulheres, aquelas em idade reprodutiva.

Acima dos 30 anos, nas comunidades Guarani, as pessoas já podem ser avós e são consideradas as mais velhas, que possuem atribuição de assumir importantes funções sociais e econômicas.

Tabela 7. População Guarani, por situação do domicílio e sexo, segundo grupos de idade Brasil (2010)

Grupos de idade	Situação do domicílio e sexo							
	Urbano				Rural			
	Total	%	Homem	Mulher	Total	%	Homem	Mulher
0 a 14 anos	3.452	23,60	1.792	1.660	24.397	49,55	12.342	12.055
15 a 49 anos	7.567	51,74	3.841	3.726	20.435	41,51	10.360	10.075
50 anos e mais	3.607	24,66	1.635	1.972	4.403	8,94	2.196	2.207
Total	14.626	100,00	7.268	7.358	49.235	100,00	24.898	24.337

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Tabela 8. População Guarani, por situação do domicílio e sexo, segundo grupos de idade Estado do Mato Grosso do Sul (2010)

Grupos de idade	Situação do domicílio e sexo									
	Total				Urbana			Rural		
	Total	%	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
0 a 14 anos	21.163	49,56	10.678	10.485	849	452	397	20.314	10.226	10.088
15 a 49 anos	17.817	41,73	8.880	8.937	1.225	570	655	16.592	8.310	8.282
50 anos e mais	3.721	8,71	1.801	1.920	345	152	193	3.376	1.649	1.727
Total	42.701	100,00	21.359	21.342	2.419	1.174	1.245	40.282	20.185	20.097

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

O que podemos observar nestas tabelas é a enorme proporção de crianças e jovens, uma proporção menor de adultos e menor ainda de pessoas acima de 50 anos. Ressalte-se que, para as políticas públicas, seria muito importante pensar que, diferentemente da população não indígena, a população infantil e jovem, em números absolutos, vai aumentar muito nos próximos 20 ou 30 anos, o que implicará abertura de muitas novas escolas e de muitos novos postos de aten-

dimento à saúde, além do adensamento populacional das terras indígenas, por exemplo. As tabelas 7 e 8 mostram o perfil etário da população Guarani no Brasil e Mato Grosso do Sul, em 2010. Comparando-se os dados das duas tabelas, observa-se que essas populações apresentam mais ou menos a mesma proporção de jovens, adultos e pessoas mais velhas, sendo que a diferença maior fica na proporção entre homens e mulheres.

1.2. Território, população e políticas públicas

1.2.1. Território

Para os Guarani a terra/território é *Tekoha*, o lugar onde é possível viver bem. De forma ideal esse território deve possuir um espaço para a agricultura, a criação de animais, para caça e coleta, e que seja preferencialmente próximo de matas e córregos. Além desses aspectos físicos, existem aspectos socioculturais-econômicos como a existência de grupos de famílias extensas que constituem uma rede de relacionamentos e mantêm sua forma própria de organização política e religiosa. Sendo assim, além de quantidade de terras suficientes para a sua reprodução física e cultural, os Guarani necessitam de uma boa terra e não uma terra qualquer. Essas terras são aquelas ocupadas tradicionalmente, onde seus antepassados foram enterrados e cujas paisagens contêm significados culturais, vinculados à história da comunidade. Em resumo, aquelas terras demandadas pelas diferentes comunidades Guarani do MS hoje em dia.

O *Tekoha* é habitado por grande diversidade de seres, além dos humanos. São coletivos formados por animais, formações florestais e elementos que definimos como paisagens, mas considerados seres pelos Guaranis. Tais seres possuem características sociais, tais como linguagem, intencionalidade, desejo, vontade, etc. Cada coletivo, humano ou não humano, possui seu próprio guardião ou cuidador – *tekojara*. Para cultivar roças, caçar, pescar ou coletar, é necessário interagir com esses seres guardiões e solicitar sua autorização. Resulta daí que a produção da cultura está imersa em um universo de interação e negociação constante com essa diversidade.

O povo Guarani possui uma concepção de territorialidade que engloba toda a região leste do Paraguai, nordeste da Argentina e, no Brasil, o sudoeste do estado do Mato Grosso do Sul e porções dos estados do Sul e Sudeste. Essa região é denominada pelos Guarani de Ñane *Retã*, que poderia ser traduzido por nosso território; é neste espaço que os Guarani vivem e estabelecem as suas comunidades

e produzem seus *Tekoha*. O Ñane Retã possui significados culturais/religiosos em suas diferentes paisagens. Por exemplo, no Paraguai uma localidade com nome de *Mba'e Marangatu* é o local da origem da humanidade para os Guarani e nele existe um morro que seria o "Umbigo do Mundo". No litoral do Brasil, a Serra do Mar é considerada a coluna vertebral do universo. Tais referências constituem uma geografia mítica que remete à origem do mundo e ao estabelecimento de seu ordenamento, configurando sua cosmogênese e sociogênese.

Levando em consideração essa concepção de território, a seguir faremos algumas análises a respeito da relação entre população, a extensão das Terras Indígenas e a extensão das terras efetivamente ocupadas.

Na tabela 9 se encontram as projeções até 2031 acerca da relação entre tamanho da população Guarani e a área ocupada no Mato Grosso do Sul, com base nos dados populacionais de 1991 do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e de 2008 da Funasa. São apresentados dados das oito reservas indígenas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) até 1928, órgão indigenista oficial que foi sucedido pela antiga Fundação Nacional do Índio (Funai). Nessas reservas se concentra a maior parte da população Guarani deste estado. Em 2008, a população Guarani do MS era de 47.229 pessoas, sendo que 35.066 se encontravam nas oito reservas demarcadas no início do século passado, o que significa que 74,25% desta população ocupava um espaço que corresponde a 40,01% do total da área ocupada pelos Guarani no MS, ou seja, a relação entre tamanho da área e tamanho da população é pior nas antigas reservas.

O histórico do confinamento das comunidades nas reservas demonstra que as reservas que possuem uma maior população foram aquelas que apresentavam uma concentração dos serviços oferecidos pelas instituições do Estado e da sociedade civil, especialmente nas áreas de saúde e educação. A proximidade com núcleos urbanos se revela como um elemento importante nessa concentração, como nos casos de Dourados e Amambai.

Tabela 9. Área ocupada, população e média de área por família, segundo reservas Kaiowá e Guarani Estado do Mato Grosso do Sul (1991-2031)

Município	Terra Indígena	Área	População					
			1991	2001	2008	2011	2021	2031
Amambai	Amambai	2.429	2.416	5.176	7.106	7.934	10.694	13.454
Dourados	Dourados	3.475	6.300	9.090	11.036	11.880	14.670	17.460
Caarapó	Te'yikue/Caarapó	3.594	1.800	3.500	4.682	5.200	6.900	8.600
Amambai	Limão Verde	668	350	840	1.185	1.330	1.675	1.820
Tacuru	Ramada/Sassoró	1.923	2.692	-	2.176	2.300	2.700	3.000
Cel.Sapucaia	Takuapiry	1.600	1.400	2.290	2.912	3.180	3.802	4.070
Paranhos	Pirajuy	1.923	604	1.394	1.939	2.184	2.729	2.974
Japorã	Jakarey/Porto Lindo	1.650	1.237	2.877	4.030	4.517	5.670	6.157
Total		17.262	16.799	25.167	35.066	38.525	48.840	57.535
			Hectares por família (5 pessoas em média)					
Município	Terra Indígena	Área	1991	2001	2008	2011	2021	2031
Amambai	Amambai	2.429	5,03	2,35	1,71	1,53	1,14	0,90
Dourados	Dourados	3.475	2,80	1,91	1,57	1,46	1,18	1,00
Caarapó	Te'yikue/Caarapó	3.594	10,07	5,13	3,84	3,46	2,60	2,09
Amambai	Limão Verde	668	9,83	3,98	2,82	2,51	1,99	1,84
Tacuru	Ramada/Sassoró	1.923	3,59	-	4,42	4,18	3,56	3,21
Cel.Sapucaia	Takuapiry	1.600	6,29	3,49	2,75	2,52	2,10	1,97
Paranhos	Pirajuy	1.923	17,65	6,90	4,96	4,40	3,52	3,23
Japorã	Jakarey/Porto Lindo	1.650	6,68	2,87	2,05	1,83	1,46	1,34
Total		17.262	7,70	3,43	2,46	2,13	1,71	1,47

Fonte: CIMI, FUNASA, ISA e Equipe NEPI e NEPO.

Na tabela 9, observa-se que a Reserva de Ramada/Sassoró apresenta pequeno crescimento negativo, na comparação da população de 1991 com aquela de 2008. Isso se deve, provavelmente, a um momento de intensa movimentação para esta reserva no período de 1991. Tais movimentações têm por origem questões políticas. Com a demarcação da aldeia Jaguapiré, a maior parte de sua população que se encontrava recolhida em Ramada retornou para sua terra originária. Esse exemplo histórico é a razão pela qual não é possível fazer projeções a partir do método de incremento de população. Por tal motivo, optamos por fazer estimativas levando em conta as taxas de natalidade e mortalidade e o perfil etário da população Gua-

rani em 2008. As projeções de população foram feitas relacionando o tamanho da população e a quantidade de terra disponível, supondo que a população seja fechada. Em outras palavras, desconsiderando as emigrações ou imigrações e supondo que a extensão das reservas permaneça a mesma. Os dados das projeções populacionais foram calculados pelo método já descrito anteriormente, apresentando um resultado conservador que pode ser considerado abaixo do valor mais provável, mantendo, assim, as atuais condições demográficas dessa população.

O cálculo do tamanho da terra por família foi efetuado pressupondo que o tamanho médio de uma família nuclear Guarani é de cinco pessoas. Em vez disso, estamos considerando aqui que a população é jovem, sendo a maior parte das famílias compostas de jovens casais com filhos pequenos. Logo, não consideramos, aqui, a família extensa ou macrofamília nem os grupos domiciliares ou grupos domésticos (*households*) característicos do parentesco Guarani. Optamos por usar o conceito de família nuclear para possibilitar a comparação entre disponibilidade de terra para pequenos agricultores e outros povos indígenas. A relação entre tamanho da terra ocupada e a população residente nessas áreas é a pior de todo estado: 2,46 hectares por família em média em 2008. Além disso, nossas projeções indicam que essa situação pode piorar para uma área de 1,47 hectares por família em 2031, caso nenhuma outra política de demarcação de terras reivindicadas for implementada. Recentemente se atesta ainda a necessidade de planos de gestão territorial para as terras indígenas Guarani, capaz de assegurar a produção de alimentos e a recuperação das áreas desmatadas e degradadas por anos de ocupação agropastoril, bem como opções alternativas ao arrendamento das terras para terceiros, fenômeno que tem intensificado essa degradação e a exposição ao agrotóxico.

Agora com os dados de 2010 e 2022, podemos exercitar novas projeções e estimativas. No limite deste trabalho, apresentamos apenas as informações de população nas reservas nestes dois últimos Censos Demográficos realizados pelo IBGE (tabela 10).

Tabela 10. População indígena, segundo reservas do Cone Sul Estado do Mato Grosso do Sul (2010-2022)

Reservas	2010	2022
Dourados	11.138	13.673
Amambai	5.468	6.861
Te'ýikue	4.283	4.414
Porto Lindo	3.909	3.716
Taquaperi	2.578	3.272
Sassoro	2.763	2.255
Pirajui	2.029	1.799
Limão Verde	1.164	1.127

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2022.

As reservas demarcadas ainda no início do século xx estão superlotadas devido a anos de políticas indigenistas que removeram as famílias residentes em terras de ocupação tradicional para as reservas. E essa política fundiária implementada até 1988 tinha por objetivo liberar as terras para a colonização. A política de sobreposição de distintas comunidades em reservas, o tamanho pequeno da terra disponível para o plantio e as dificuldades decorrentes para o suprimento das necessidades básicas contribuem para um processo de aumento da violência⁷ entre essa população nas reservas indígenas, comparáveis aos índices de violência das favelas cariocas, dos Bantustões na África do Sul, ou dos guetos. Além disso, somam-se a venda de madeira conduzida pelo próprio órgão indigenista e a implementação de programas de agricultura mecanizada que promoveram o desmatamento quase total das reservas, tornando inviável as roças de coivara praticadas pelos Guarani. As terras infestadas por gramíneas exógenas acabaram em sua maioria sendo arrendadas para terceiros, sojicultores e criadores de gado, um procedimento ilegal que causa enormes prejuízos políticos à convivência nas reservas e enormes danos ao ambiente.

Essa mesma situação se repete nas Terras Indígenas demarcadas dos anos 1980 em diante, cuja proporção de hectares por família, em 2008, ficava em torno de 16,87. Porém, este número mudou um pouco, mas a situação territorial segue indefinida no estado.

⁷ Recentemente, o CIMI publicou mais um relatório sobre a violência contra os povos indígenas, disponível em: <https://cimi.org.br/2024/07/relatorioviolencia2023/>. Acesso em 1/8/2024.

Tabela 11. Área ocupada, população e média de área por família, segundo Terras Indígenas demarcadas a partir de 1980 (Kaiowá e Guarani Estado do Mato Grosso do Sul (1991-2031)

Município	Terra Indígena	Área ocupada	População					
			1991	2001	2008	2011	2021	2031
Laguna Carapã	Guaimbé	717	165	355	490	545	680	735
Laguna Carapã	Rancho Jacaré	778	400	400	392	392	392	392
Aral moreira	Guasuty	959	70	260	398	450	588	640
Paranhos	Paraguasu/ Takuaraty	2.609	200	460	637	720	897	980
Bela Vista	Pirakua	2.384	200	410	549	620	759	830
Amambai	Jaguary	405	40	220	342	400	522	580
Dourados	Panambizinho	1.240	300	310	322	320	332	330
Douradina	Panambi	390	231	581	829	931	1.281	1.631
Eldorado	Cerrito	1.950	85	445	698	805	1.058	1.165
Juti	Jarara	479			452	452	452	452
Antônio João	Campestre	11	35	265	430	495	725	955
Paranhos	Sete Cerros	9.003	60	310	493	560	743	810
Tacuru	Jaguapire	2.349	230	600	867	960	1.227	1.320
Total		23.274	2.016	4.616	6.899	7.650	9.656	10.820
			Hectares por família (5 pessoas em média)					
Município	Terra Indígena	Área	1991	2001	2008	2011	2021	2031
Laguna Carapã	Guaimbé	717	21,73	10,10	7,32	6,58	5,27	4,88
Laguna Carapã	Rancho Jacaré	778	9,73	9,73	9,92	9,92	9,92	9,92
Aral moreira	Guasuty	959	68,50	18,44	12,05	10,66	8,15	7,49
Paranhos	Paraguasu/ Takuaraty	2.609	65,23	28,36	20,48	18,12	14,54	13,31
Bela Vista	Pirakua	2.384	59,60	29,07	21,71	19,23	15,70	14,36
Amambai	Jaguary	405	50,63	9,20	5,92	5,06	3,88	3,49
Dourados	Panambizinho	1.240	20,67	20,00	19,25	19,38	18,67	18,79
Douradina	Panambi (1)	390	8,44	3,36	2,35	2,09	1,52	1,20
Eldorado	Cerrito	1.950	114,71	21,91	13,97	12,11	9,22	8,37
Juti	Jarara	479	-	-	5,30	5,30	5,30	5,30
Antônio João	Campestre	11	1,57	0,21	0,13	0,11	0,08	0,06
Paranhos	Sete Cerros	9.003	750,25	145,21	91,31	80,38	60,59	55,57
Tacuru	Jaguapire	2.349	51,07	19,58	13,55	12,23	9,57	8,90
Total		23.274	57,72	25,21	16,87	15,21	12,05	10,76

Nota: Panambi-Lagoa Rica ainda não é uma área totalmente regularizada, os 12.196 hectares correspondem a uma área identificada e delimitada, ver mais a esse respeito Cavalcante (2013), Vietta (2007) e Maciel (2005).

Fonte: CIMI, FUNASA, ISA e Equipe NEPEI e NEPO.

Além disso, há áreas ainda não demarcadas ou delimitadas e acampamentos à margem de estradas/rodovias. Calculava-se, em 2008, que existiam cerca de dez acampamentos à margem das estradas ou das terras a serem demarcadas no MS. As comunidades vivem nesses acampamentos praticamente sem assistência (Pereira, 2006)⁸.

A situação nas margens das estradas cujos territórios não foram demarcados é a mais vulnerável, com a população Guarani acampada precariamente, vivendo em barracos de lona. Além disso, na maior parte dos casos, não existe água potável, escola ou posto de saúde, porque o poder público (municipal, estadual ou federal) alega estar impedido de construir em áreas em litígio. A Funasa, atual Sesai, não faz atendimento preventivo nas áreas não demarcadas, só atendimentos emergenciais. Nestas áreas, em 2008, a relação entre hectares e população era em média de 2,9. Contudo, a população dessas áreas não costuma utilizar a terra para plantar, pois o acesso é precário ou temporário. O número de acampamentos e de áreas de retomadas não para de aumentar. Nos últimos anos surgiram várias retomadas no anel viário norte da cidade de Dourados e no entorno de reservas como Amambai e Taquaperi. Além disso, o tema tem sido objeto de diversas dissertações, teses e artigos científicos (Crespe, 2009, 2015; Corrado, 2017, 2020; Corrado & Crespe, 2020).

A análise da relação entre tamanho de território e população indígena deve considerar tais questões territoriais de fundo e as condições específicas de territorialidade das populações indígenas.

Na projeção apresentada na tabela 11, consideramos a população total dos Guarani em 1991 e em 2008, assim como o total da área ocupada. A média de hectares por família foi calculada considerando cinco pessoas por família, como já mencionado anteriormente.

1.2.2. Saúde

Para a avaliação do serviço público na área da saúde oferecido aos indígenas nos polos-base onde residem os Guarani, analisamos os dados referentes no Ministério da Saúde a partir das informações quantitativas recebidas pela Funasa. Além disso, para tanto, foram elaboradas algumas tabelas contendo as informações por polos-base sobre as equipes multidisciplinares sediadas nesses polos, bem como o número de Agentes Indígenas de Saúde (AIS); infelizmente não conseguimos atualizar estes dados.

⁸ Um exemplo dessa situação pode ser conhecido por meio da reportagem recente da TV do MS, disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=8_nFJCXqFUI. Acesso 1/8/2024.

Os dados sobre saúde, assim como aqueles referentes à educação, estão incompletos. Porém, diferentemente das informações referentes à educação escolar, não pudemos corrigir ou atualizar estes dados por falta de recursos. Entrevistar os AIS ou as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) dos polos-base para a correção e atualização das informações recebidas despenderia tempo e recursos. Para se obter uma fotografia mais real da situação da saúde indígena no Brasil era preciso de mais dados, tais como taxas de mortalidade por causas de morte, morbidades referidas, número de consultas realizadas, entre outros.

As informações disponibilizadas pela Funasa foram tabuladas por polos-base que correspondem à unidade geográfica de atendimento à saúde, a qual agrega Terras Indígenas e assentamentos. Porém, não sabemos se a Funasa atende a todos e se possui em suas sedes uma unidade básica, como um posto de saúde. As sedes dos polos-base se encontram nas Terras Indígenas e às vezes em cidades próximas. Para cada uma dessas unidades básicas de saúde foram fornecidas informações referentes aos AIS e EMSI.

No que se refere ao setor da saúde, entendemos que não somente era preciso avaliação da quantidade, mas também a qualidade do atendimento e dos profissionais de saúde, principalmente no que diz respeito às especificidades da saúde indígena.

Observa-se uma grande rotatividade de profissionais em saúde nesses polos-base, principalmente devido ao tipo de contrato temporário que esses profissionais possuem. Decorre disso uma falta de conhecimento da população atendida. Os profissionais não conhecem os aspectos culturais (língua, costumes, etc.) dos Guarani e, como sabem que não vão permanecer por muito tempo nesse serviço, não investem em sua própria formação e nem têm interesse em conhecer melhor essa população. Outra falha no sistema é que esses profissionais de saúde contratados para fazerem parte das EMSI não são formados para atender a essa população específica. De acordo com os preceitos legais no Brasil, essas EMSI são responsáveis pela formação em serviço dos AIS e daqueles que são Guarani. O desencontro é enorme. A equipe não conhece a população que atende e, por consequência, não tem condições de respeitar línguas, usos e costumes conforme determina o artigo 231 da Constituição Federal. E, além disso, essas equipes formam os agentes Guarani.

Outro critério fundamental para avaliar qualquer atendimento à saúde em qualquer população, preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é a satisfação do usuário. No entanto, não temos como medir isso. Para tanto, terí-

amos que realizar uma etnografia, ou propormos outra metodologia de pesquisa com a população Guarani atendida para medirmos o grau de satisfação.

Outra questão que frequentemente se observa é o choque cultural que ocorre entre a medicina dos não índios e a medicina indígena. Uma vez que a EMSI não possui uma formação específica, não tem como respeitar o sistema de saúde Guarani e muito menos articular os dois sistemas como preconizam as conferências nacionais de saúde indígena.

Tabela 12. Número de agentes indígenas de saúde e de equipes multidisciplinares de saúde, população Guarani e proporção sobre a população, segundo polos-base Estado do Mato Grosso do Sul (2008)

Polo-base	Terras Indígenas	N.º de AIS (1)	N.º de EMSI (2)	População	% de AIS por população	% de EMSI por população
Amambai		34	6	12.046	0,28	0,05
	Amambai		3			
	Jaguary					
	Limão verde		1			
	Takuapiry		2			
Antonio João		9	4	2.042	0,44	0,2
	Ñanderu Marangatu		1			
	Campestre		2			
	Pirakua					
	Jatavyry ou Lima Campo	9	1			
Kokue'i						
Caarapó		16	3	6.394	0,25	0,05
	Te'yi Kue/Caarapó					
	Guyra Roka		2			
	Guaimbé					
	Rancho Jacaré					
	Jarara		1			
Takuara						
Dourados		36	6	11.126	0,32	0,05
	Dourados/Bororo		2			
	Dourados/Jaguapiru		2			
	Sukuriy		1			

Polo-base	Terras Indígenas	N.º de AIS (1)	N.º de EMSI (2)	População	% de AIS por população	% de EMSI por população
Dourados	Mudas de MS		1			
	Panambizinho					
	Panambi					
	Paso Piraju ou Porto Kambira					
	Pakurity					
	Curral do Arame					
	Itaum					
	Picadinha					
	Acampamento Aroeira					
	Alegrete I e II					
Sr Wilson						
Iguatemi		13	3	5.352	0,24	0,06
	Jakarey/Porto Lindo		3			
	Cerrito					
Sombreiro						
Paranhos		16	1	4.358	0,37	0,02
	Pirajuy		1			
	Potrero Guasu					
	Arroyo Kora					
	Paraguasu/Takuaraty					
Sete Cerros						
Tacuru		11	2	3.603	0,31	0,06
	Ramada/Sassoró		1			
	Jaguapire		1			
Total: 7		144	50	44.921	0,32	0,11

(1) AIS –Agente indígena de saúde.

(2) EMSI –Equipe multidisciplinar de saúde indígena.

Fonte: FUNASA 2009.

Na tabela 12 procuramos fazer alguns cálculos de proporção de profissionais de saúde por população, para pensarmos numa avaliação do atendimento, pelo menos do ponto de vista quantitativo. Na primeira coluna estão os polos-base, que

correspondem à unidade geográfica segundo a qual a Funasa nos enviou as informações. A partir de informações do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI) e das lideranças Guarani, adicionamos na segunda coluna quais as reservas, Terras Indígenas e acampamentos pertencem a esses polos-base. Em azul estão as reservas mais antigas, em vermelho escuro as Terras Indígenas demarcadas a partir dos anos 1980 e, em vermelho, os assentamentos e acampamentos em áreas que ainda estão em litígio. Procuramos, assim, manter a lógica da análise sobre disponibilidade de terras, classificando as áreas ocupadas pelos Guarani, agregando as informações sobre saúde e educação, esta última a ser analisada no próximo item.

No polo-base de Amambaí, existem três reservas antigas, Amambaí, Limão Verde e Takuapiry, que juntas perfazem quase o total da população desse polo Base, enquanto Jaguaré e Guasuty possuem populações de pequeno porte. Nesse polo-base temos 0,28% de AIS e 0,05% de EMSI. Logo, para cada 100 pessoas residentes no polo-base de Amambaí existe 0,28 AIS. Poderíamos pensar de maneira inversa: um AIS precisa atender cerca de 400 pessoas nesse polo-base, o que com certeza é muito mais do que o seu *Tekoha*, ou sua família extensa ou aldeia, como preconizam as várias conferências nacionais de saúde indígena. Com relação à EMSI, a proporção de 0,05% também se refere a 100 pessoas. Raciocinando de maneira inversa, uma EMSI no polo-base de Amambaí é responsável por atender uma população de 2.000 pessoas ou 400 famílias, o que também é muito se pensarmos que essas equipes são responsáveis por todo o tipo de atendimento de saúde, que inclui vacinações, programas preventivos, formação dos AIS, assim como preenchimento de todos os formulários de informações do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI).

Já no polo-base de Antonio João, que não tem reservas antigas, mas somente Terras Indígenas demarcadas mais recentemente e assentamentos ou acampamentos, a proporção de agentes indígenas de saúde é de 0,44 para cada 100 pessoas. De maneira inversa, cada AIS é responsável pelo atendimento e acompanhamento de cerca de 200 pessoas, ou 40 famílias que corresponderiam a mais ou menos o tamanho de um *Tekoha*, ou aldeia, como é o recomendado nas diferentes conferências de saúde indígena. Essa quantidade de pessoas atendidas por cada AIS no polo-base de Antonio João é metade daquela atendida pelo AIS do polo-base de Amambaí. Com relação à proporção de EMSI por 100 pessoas, temos 0,20, logo, cada EMSI é responsável por atender nesse polo-base cerca de 500 pessoas, ou 100 famílias. Essa proporção é muito mais próxima da recomendada do que aquela encontrada no polo-base de Amambaí. Nos outros polos-base, onde predomina a população das reservas mais antigas, as proporções de AIS e EMSI são semelhantes

à do polo-base de Amambai, o que confirma a hipótese de que as condições dessa população residente nas áreas antigas são mais precárias do que as daqueles residentes em terras demarcadas mais recentemente, como é o caso da situação de disponibilidade de terras.

No que se refere aos processos de seleção de profissionais indígenas de saúde, em especial dos AIS, nem sempre é contemplado o pertencimento étnico ou a inclusão em uma família extensa. Como os AIS atuam em um setor da reserva que comporta grande número de famílias, acontece de um AIS atender fora do local de sua parentela ou mesmo em famílias de grupos desafetos. Isto cria sérias limitações para o desenvolvimento de suas atribuições.

**Tabela 13. Dados de população indígena
Estado do Mato Grosso do Sul (2022)**

Polo	Aldeia/Acampamento	Município	Etnia	Total por etnia	População aldeia	Pop. município	Pop. polo-base
Amambai	Amambai	Amambai	Guarani	37	8.042	10.659	15.363
			Guarani Kaiowá	7.982			
			Terena	23			
	Limão Verde		Guarani	16	2.230		
			Guarani Kaiowá	2.214			
	Jaguari		Guarani Kaiowá	387	3.849		
	Taquapery	Guarani	21	3.572			
		Guarani Kaiowá	3.551				
	Acamp. Kurussuambá	Guarani	12	277			
		Guarani Kaiowá	265				
Acampamento Guaiviri	Aral Moreira	Guarani Kaiowá	117	117	855		
Guassuty		Guarani	12				
		Guarani Kaiowá	726				
Antônio João	Acampamento Casa Branca	Antônio João	Guarani Kaiowá	93	93	1.573	2.393
	Acampamento Cedro		Guarani	41			
			Guarani Kaiowá	191	232		
	Acampamento Fronteira		Guarani Kaiowá	50			
	Acampamento Itaquiraí		Guarani Kaiowá	121	121		
	Acampamento Piquiri		Guarani Kaiowá	46			
	Acampamento Primavera		Guarani Kaiowá	118	118		
	Campestre		Guarani Kaiowá	667			
	Cerro Marangatu		Guarani Kaiowá	246	246		
	Kokue-Y		Guarani Kaiowá	92			
Lima Campo	Guarani	11					
	Guarani Kaiowá	329					
Pirakuá	Bela Vista	Guarani Kaiowá	388	388	388		

Polo	Aldeia/Acampamento	Município	Etnia	Total por etnia	População aldeia	Pop. município	Pop. polo-base		
Caarapó	Caarapó	Caarapó	Guarani kaiowá	4.623	4.730	6.129	6.129		
	Guira-Roka		Guarani kaiowá	105					
	Acamp. Pindoroky		Guarani Kaiowá	2					
	Guaimbé	Laguna	Guarani kaiowá	433	881				
	Rancho Jacaré	Carapã	Guarani kaiowá	448					
	Jarará	Juti	Guarani kaiowá	262	518				
Taquara	Guarani kaiowá		256						
Dourados	Acamp. Boqueron	Dourados	Terena	138	138	17.576	18.829		
	Acamp. Guira Kambi		Guarani Kaiowá	42	42				
	Acampamento Ithaum		Guarani Kaiowá	80	80				
	Acamp. Mudás MS		Guarani Kaiowá	149	149				
	Acamp. Nhuverá		Guarani Kaiowá	196	196				
	Acamp. Pacuriti		Guarani Kaiowá	22	22				
	Acamp. Picadinha		Guarani Kaiowá	29	29				
	Acamp. Curral de Arame		Guarani Kaiowá	7	7				
	Acamp. Tekohara Itay		Guarani Kaiowá	71	71				
	Acampamentos		Guarani Kaiowá	50	50				
	Bororó		Bororó	Guarani Kaiowá	7.015			7.182	
				Terena	167				
				Jaguapirú	Guarani Kaiowá			5.295	9.064
					Terena			3.769	
				Panambizinho	Guarani Kaiowá			379	379
				Porto Cambira	Guarani kaiowá			125	167
	Guarani		42						
	Acamp. Sr Wilson		Rio Brillhante	Guarani kaiowá	38			38	169
Acampamento Aroeira	Guarani kaiowá	9		9					
Acamp. Nhanderu Laranjeira 1 E2	Guarani kaiowá	122		122					
Panambi	Douradina	Guarani Kaiowá	781	813	813				
		Guarani	32						
Sucuri	Maracaju	Guarani Kaiowá	261	271	271				
		Guarani	10						
Iguatemi	Acampamento Pyelito Kuê	Iguatemi	Guarani Kaiowá	169	212	212			
			Guarani	43					
	Acampamento Sombreiro	Sete Quedas	Guarani Kaiowá	30	114	114			
			Guarani	84					
	Cerrito	Eldorado	Guarani Kaiowá	132	548	548			
			Guarani	416					
	Porto Lindo	Japorã	Guarani Nhandeva	92	4.094	4.094			
			Guarani	3.707					
			Guarani Kaiowá	295	912	912			
Guarani Nhandeva			31						
Acamp. Vyv Katu	Japorã	Guarani	761	912	912				
		Guarani Kaiowá	120						

Polo	Aldeia/Acampamento	Município	Etnia	Total por etnia	População aldeia	Pop. município	Pop. polo-base
Paranhos	Acampamento Ipoy	Paranhos	Guarani	348	417	5.485	5.485
			Guarani Kaiowá	69			
	Arroio Corá		Guarani	132	852		
			Guarani Kaiowá	720			
	Paraguassú		Guarani	113	950		
			Guarani Kaiowá	837			
	Pirajuí		Guarani	1.575	1.633		
			Guarani Kaiowá	58			
	Potrero-Guassu		Guarani	890	954		
			Guarani Kaiowá	64			
Sete Cerros	Guarani	47	679				
	Guarani kaiowá	632					
Tacuru	Jaguapiré	Tacuru	Guarani Kaiowá	973	1.047	3.116	3.116
			Guarani	74			
	Sassoró		Guarani Kaiowá	1.982	2.069		
			Guarani	87			
Bonito	Acampamento Cerro Y	Guia Lopes da Laguna	Guarani Kaiowá	104	104	104	104
Total				57.299	57.299	57.299	57.299

Nota:- Dados sujeitos a alterações devido à população flutuante –população nômade.

Fonte: Painel Siasi –Censo População Indígena Aldeada/ano 2022.

1.2.3. Educação

No caso da educação escolar entre os Guarani, podemos observar que, na maioria das Terras Indígenas, existem escolas e a maior parte delas é do 1º ao 5º ano, ou seja, a primeira parte do ensino fundamental. Considerando a situação geral da educação escolar indígena no Brasil, essa é uma constante, sendo que somente nos últimos cinco anos é que temos observado um aumento grande de matrículas na segunda parte do ensino fundamental e ensino médio.

A seguir faremos alguns comentários sobre a questão da educação escolar entre os Guarani no Mato Grosso do Sul. Os dados referentes à educação foram enviados para a equipe do projeto pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pertencente ao Ministério da Educação (MEC). Em um primeiro momento, foram solicitadas as tabulações especiais referentes a todas as escolas Guarani no Brasil, mas isso se mostrou inviável. Por esse motivo, só faremos análises relativas às escolas Guarani no MS. Entretanto, uma primeira apreciação sobre os dados mostrou que essas informações são precárias e incompletas.

Dessa maneira, optamos por revisá-las e corrigi-las a partir do conhecimento que temos das comunidades do MS e de conversas com professores e alunos Guarani.

O Censo Escolar realizado pelo INEP coleta informações sobre todas as escolas brasileiras. No caso das escolas indígenas, são realizadas duas perguntas específicas: uma versa sobre a língua de instrução da escola, ou em que língua o professor está dando aulas; e a outra sobre a utilização de materiais didáticos específicos, materiais em línguas indígenas que não o português. Logo, se a escola marca que está situada em Terra Indígena, um caso particular de escola rural, e esta se declara como escola indígena, lhe são feitas somente estas duas questões relativas às suas especificidades, apesar de toda legislação específica sobre esse tema, considerada uma das mais avançada na América Latina.

Tabela 14. Oferta de educação infantil, escolas e alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio e escolas com material didático específico, segundo reservas Kaiowá e Guarani Estado do Mato Grosso do Sul (2009)

Reservas	Ensino fundamental			Ensino médio		Escolas com material didático específico
	Oferta de educação infantil	N.º de escolas	N.º de matrículas	N.º de escolas	N.º de matrículas	Fundamental e médio
Amambai	1	3	1.795	1	67	0
Dourados	1	6	3.029	0	0	5
Te'yi Ku/Caarapó	1	1	994	1	56	1
Limão Verde	0	3	500	0	0	0
Ramadas/Sassoró	1	1	658	0	0	1
Takuapiry	0	1	581	0	0	0
Pirajuy	1	1	439	0	0	1
Jakarey/Porto Lindo	1	1	540	0	0	0
Total		17	8.536	2	123	8

Fonte: INEP 2009 e equipe NEPI e NEPO.

Tabela 15. Oferta de educação infantil, escolas e alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio e escolas com material didático específico, segundo Terras Indígenas Kaiowá e Guarani demarcadas a partir de 1980 Estado do Mato Grosso do Sul (2009)

Terras indígenas demarcadas recentemente	Ensino fundamental			Ensino médio		Escolas com material didático específico
	Oferta de educação infantil	N.º de escolas	N.º de matrículas	N.º de escolas	N.º de matrículas	Fundamental e médio
Jaguary	0	1	40	0	0	0
Guasuty	0	1	46	0	0	0
Campestre	1	0	0	0	0	0
Pirakua	1	1	74	0	0	0
Jarara	0	1	105	0	0	0
Guaimbé	1	2	124	0	0	0
Rancho Jacaré	1	2	124	0	0	0
Panambi	1	1	155	0	0	1
Panambizinho	1	0	0	0	0	0
Cerrito	0	1	147	0	0	1
Paraguasu	1	1	200	0	0	1
Sete Cerros	1	0	0	0	0	0
Jaguapire	1	1	60	0	0	1
Total	9	12	1075	0	0	4

Fonte: INEP 2009 e equipe NEPEI e NEPO.

A maioria das comunidades Guarani possui escola e há uma tendência a aumentar o número de crianças matriculadas, em parte devido ao próprio crescimento da população indígena. Porém, isto não significa que tais escolas estejam oferecendo o que é de direito dos povos indígenas, quer dizer, um ensino de qualidade específico e diferenciado em que se respeite e garanta o desenvolvimento da língua Guarani e suas variantes e valorize os conhecimentos tradicionais.

Atualmente, assistimos a uma transformação muito intensa da língua Guarani e a diminuição da circulação dos conhecimentos tradicionais, como os mitos, histórias e as ciências Guarani. Isto deve-se à inexistência de políticas linguísticas e à falta de conhecimento sobre a cosmovisão indígena por parte dos técnicos que trabalham com educação escolar indígena dos governos municipal e estadual. En-

tretanto, tais técnicos são os responsáveis por ditar as normas e pela formação e supervisão dos professores indígenas. E, por meio destas atividades, acabam por impor um tipo de escola colonizadora, a qual pressupõe um tipo de formação que se impõe e valoriza a vida na cidade e ter um salário como futuro desejável para as crianças e jovens, como destaca Rossato (2022).

As primeiras gerações de indígenas com maior escolaridade estão empregadas como professores, agentes de saúde e outros cargos públicos, o que respalda a promessa de que a escolarização seria capaz de assegurar empregabilidade veiculada na escola. Porém, atualmente, boa parte dos indígenas letrados não consegue emprego nem nas aldeias, nem nas cidades. Para muitos deles a saída é continuar em trabalhos temporários e precarizados, como nas usinas de cana, tal qual seus pais e avós, ou buscar emprego nos frigoríficos, como garis e mesmo na colheita da maçã no estado de Santa Catarina.

Para além do uso eventual de material didático específico, no que respeita à qualidade dos processos de ensino/aprendizagem, seria necessário verificar se tais materiais cobrem todas as disciplinas ou temas de estudo, se estão na língua Guarani e se compreendem todos os níveis de estudos dos ensinamentos fundamental e médio. De acordo com as respostas oferecidas ao Censo Escolar do INEP, do total de 49 escolas, apenas 12 utilizam material didático específico. E, uma vez que a pergunta do censo é feita de maneira generalizada, não se sabe como esse material é utilizado.

Além disso, ao nosso ver, o censo apresenta outros problemas em sua elaboração e execução. Em primeiro lugar, esta é uma das duas únicas perguntas feitas pelo censo para as escolas indígenas na avaliação da qualidade do ensino nas áreas indígenas. Em segundo lugar, os questionários dos censos escolares não são respondidos nas aldeias (reservas ou Terras Indígenas) por professores ou diretores da escola indígenas. Na grande maioria das vezes, eles chegam nas secretarias municipais de educação e são preenchidos pelos técnicos dessas secretarias (de acordo com as informações fornecidas pela equipe do NEPO e NEPP), o que reduz a qualidade e confiabilidade dessas respostas. Isto é um problema uma vez que um livro elaborado pelos professores Guarani a partir de uma pesquisa histórico-geográfica sobre a região onde eles moram, publicado e utilizado pelas escolas em seu cotidiano, pode não ser considerado material didático por esses técnicos, pois não está na lista do MEC. Outra questão fundamental na avaliação das políticas públicas voltadas para a educação escolar dos Guarani no MS refere-se ao fato de que a maior parte das escolas em áreas indígenas permanece como sala de extensão de escolas não indígenas. Com muita sorte, algumas dessas salas extensão são salas de escolas indígenas, como é o caso da escola *Ñande Jára* no polo de Caarapó. Isso

quer dizer que a maioria dos professores Guarani está subordinada a uma outra escola que tem um projeto político pedagógico que não possui relação com a realidade indígena local.

Por meio desses dados, é impossível saber, dentre outras informações, o número de alunos matriculados em aldeias indígenas. O que permite chegar à proporção mínima entre dados da população e dados de estudantes indígenas. Não existem dados de educação escolar sobre a população Guarani que se encontra nas Terras Indígenas em estudo e em acampamentos. Na maior parte das vezes as crianças dessas localidades estudam em escolas não indígenas nas cidades ou em zonas rurais. Como a população dos acampamentos e retomadas vivem um conflito territorial aberto com os proprietários, ela está exposta a violências cotidianas e ao forte preconceito. Nestes casos o ambiente da escola é marcado por intensa discriminação contra as crianças indígenas, as quais por vezes são denominadas por outras crianças com termos pejorativos, como “bugres, sujos”.

Por último, outra questão a ser lembrada é a falta de contratação de professores Guarani para a segunda parte do ensino fundamental e o ensino médio. Isso tem impedido a melhoria da qualidade de ensino nas comunidades e a discussão entre a articulação da formação dos jovens e seus projetos de futuro. Nesse caso, os professores do 6.º ano até o final do ensino médio são quase todos não indígenas. As aulas não são na língua Guarani e eles não fazem uso de materiais didáticos específicos, o que resulta em uma formação voltada inteiramente para um projeto de futuro com pouca relação com as expectativas das comunidades indígenas. Com o programa de elaboração de material didático específico, como é o caso do Programa Saberes Indígenas na Escola, observamos que esta situação está aos poucos sendo amenizada. E, com a oferta da licenciatura indígena Teko Arandu na Faculdade Intercultural Indígenas (FAIND), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), além de outros cursos de licenciaturas nesta instituição e em outras universidades, este quadro tem mudado um pouco como podemos observar na tabela 16.

Tabela 16. Número de alunos e de professores indígenas e não indígenas, segundo unidade escolar Terra Indígena Te'yíkue (2015-2024)

Nome da escola	2015			2024		
	Alunos	Prof. ind.	Prof. não Ind.	Alunos	Prof. ind.	Prof. não ind.
EMI Ñandejara Pólo	897	26	11	822	34	3
EMI Ñandejara/Loide	260	15	0	184	8	0
EMI Ñandejara/Mbokaja	138	8	0	98	6	0
EMI Ñandejara/Savera	210	10	0	101	5	0
EMI Guyra Arandu Roka	-	-	-	17	2	0
EEI de Ensino Médio Yvy Poty	267	7	11	300	17	3
Total	1.772	66	22	1522	72	6

Fonte: Equipe projeto Ojeguata Porã, atualizada por Lidio Cavanha Ramires e Valdinei Mendonça.

Ainda assim, a educação escolar pouco tem servido para preparar o Guarani para viver em sua sociedade. Em grande medida ela está orientada pela perspectiva da sociedade não indígena, centrada na perspectiva de sucesso individual, via acesso ao emprego e salário. As atividades comunitárias encontram pouco espaço nesse tipo de formação e quase nada se consegue fazer no sentido de promover a autonomia política e econômica dessas comunidades.

2. Mobilidade espacial

2.1. Conceitos próprios de deslocamentos espaciais

Já está consolidado, na literatura antropológica, o conceito Guarani de Ñane *Retã*, traduzido por nosso território, o qual se identifica no que a Constituição brasileira de 1988 refere como “terra indígena” como o local onde é possível um povo se reproduzir física e culturalmente. Em suma, a Terra Indígena ou, para os Guarani, Ñane *Retã* expressa o território ocupado pelo conjunto das comunidades que formam o povo. No caso dos Guarani do MS, esse território se localiza em toda a região que vai da Serra de Amambai, ao sul do MS, até a Serra de Maracaju, ao norte do Estado, e entre os rios Paraná e Apa (Figura 1). Essa extensão territorial leva em conta a ocupação dos Guarani entre o final do século XIX e o início do XX.

Para se pensar propostas de políticas públicas para esse povo, deve-se considerar, em primeiro lugar, o que eles concebem como seu território (Colman, 2015).

**Figura 1. Localização do território Guarani
Estado do Mato Grosso do Sul**

Os Kaiowa no Mato Grosso do Sul

Mapa 3



○ Terras ocupadas pelos Kaiowa no Mato Grosso do Sul, de acordo com as fontes citadas

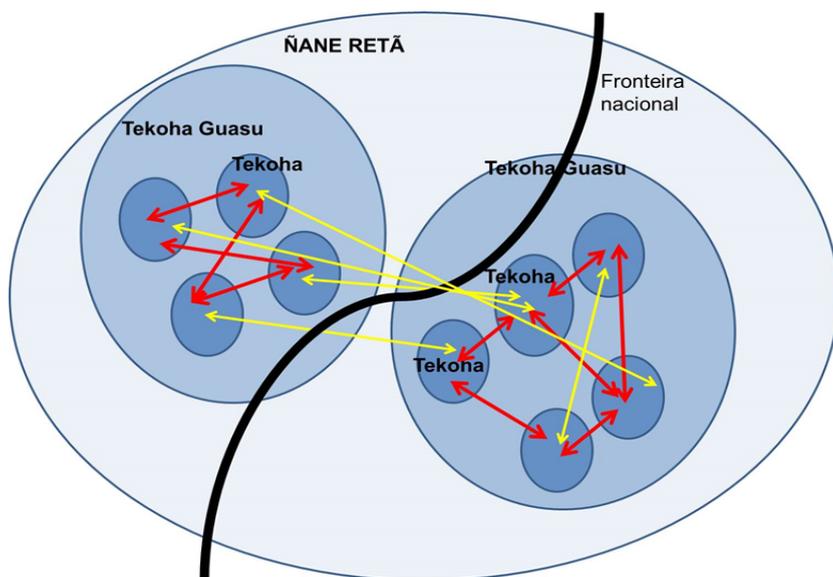
De acordo com Meliá; Grünberg e Grünberg, os Kaiowa e os Paí Taviterã ocupavam ambos os lados da Serra de Amambai (1976: 217).

Fonte: Vietta (2007).

Em geral, cada *Tekoha* (lugar onde se realiza o jeito de ser) tem como moradores uma família extensa e seus agregados e afins (parentes por casamento). Essas famílias são interligadas entre si por laços de parentesco, práticas festivas e rituais. Os trabalhos antropológicos sobre territorialidade Guarani têm indicado que cada *Tekoha* possui relações sociais (de parentesco, trocas econômicas, realização de festas, entre outras) com outros *Tekoha* normalmente próximos em termos geográficos. Nesse sentido, podemos pensar em uma pequena rede de *Tekoha* relacionados entre si, de 5 a 10 *Tekoha* mais ou menos. Esse grupo seria o que é denominado de *Tekoha Guasu*, um território maior com grupos sociopolíticos autônomos relacionados entre si. E cada um desses *Tekoha Guasu*, por sua vez, é relaciona-

do com outros *Tekoha Guasu*, formando uma rede de grupos sociais Guarani que mantém entre si relações sociais de parentesco, casamento, festas, rituais, além de trocas econômicas e alianças políticas. A proximidade na rede implica maior adensamento de vínculos intercomunitários.

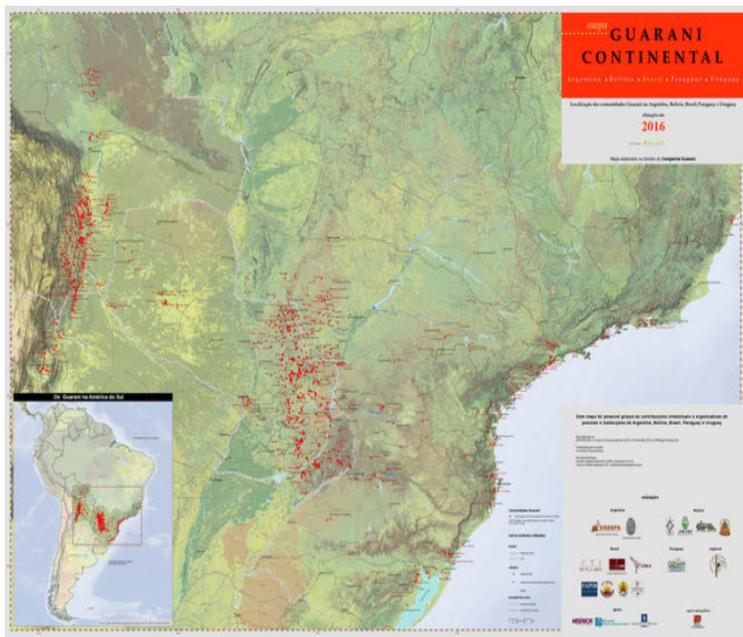
Figura 2. Redes de Tekoha, Tekoha Guasu e Ñane Retã



Fonte: Colman (2015).

Essas redes de *Tekoha* que formam os *Tekoha Guasu*, por sua vez, também são compostos por redes de *Tekoha Guasu* e compreendem as aldeias e Terras Indígenas localizadas no Mato Grosso do Sul, a leste e sudeste do Paraguai, ao norte da Argentina e ao litoral e interior dos estados do Sul e Sudeste no Brasil. Portanto, podemos ter certeza de que, em toda essa região compreendida pelo mapa, existem redes de *Tekoha Guasu* por meio das quais operam relações sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos Guarani.

Figura 3. Mapa Guarani Continental, 2016



Disponível em: <https://www.acervo.socioambiental.org>.

Outro conceito importante no que diz respeito ao território Guarani é o *Oguata* ou *Ojeguata*, que quer dizer genericamente caminhar. Esse conceito envolve as caminhadas para atividades produtivas, como coletar alguma erva ou produto que existia somente num determinado lugar dentro do “Ñane Retã” e fora do *Tekoha* de uma determinada comunidade, assim como aquelas para participar de atividades rituais como o *Mitã Pepy* (ritual de iniciação masculina) e o *Avatikyry* (batismo do milho verde) ainda hoje realizado em muitos *Tekoha* em conjunto. O *Ojeguata* pode significar ainda uma visita de uma semana até um ou mais anos a um parente ou uma caminhada em busca de trabalho e conhecimento, característica dos jovens. Enfim, o caminhar, o andar, faz parte do universo cultural desses povos e envolve uma ação de deslocamento para as inúmeras atividades tradicionais históricas e as mais atuais. Como se costuma dizer: os Guarani são um povo que caminha.

Para além desse costume tradicional, existem casos de migrações forçadas em que comunidades e *Tekoha* inteiros foram desalojados de suas terras pelas frentes modernas de colonização. Casos já bastante relatados na literatura histórico-anropológica. Hoje em dia, além das expulsões violentas dos seus territórios tradi-

cionais, existe um tipo de migração forçada pendular que compreende os deslocamentos em razão de trabalhos assalariados fora das aldeias, que podem durar tanto um único dia –uma ida e vinda das usinas– como um ou mais meses. Esse tipo de trabalho fora das aldeias se tornou praticamente o único meio de sobrevivência dos Guarani, principalmente no MS. A mobilidade espacial dos Guarani, o *Oguata*, é a maneira de estabelecer e seguir realizando e refazendo essas relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que tornam possível a existência de fato de um ente sociológico maior do que o *Tekoha* para este povo.

2.2. Pesquisa sobre mobilidade na reserva de Caarapó

No âmbito do “Projeto de Apoio ao Fortalecimento das Políticas Públicas entre os Guarani na região das Fronteiras entre o Paraguai, Argentina e Brasil”, foi realizada uma pesquisa piloto participativa, a qual tinha por objetivos principais demonstrar alguns padrões de mobilidade espacial dos Guarani no MS e dar continuidade a pesquisas participativas que pudessem colaborar com um processo de formação de pesquisadores desse grupo. Essa pesquisa foi realizada em Caarapó, município localizado ao sul deste estado, na Terra Indígena cujo nome é o mesmo do município.

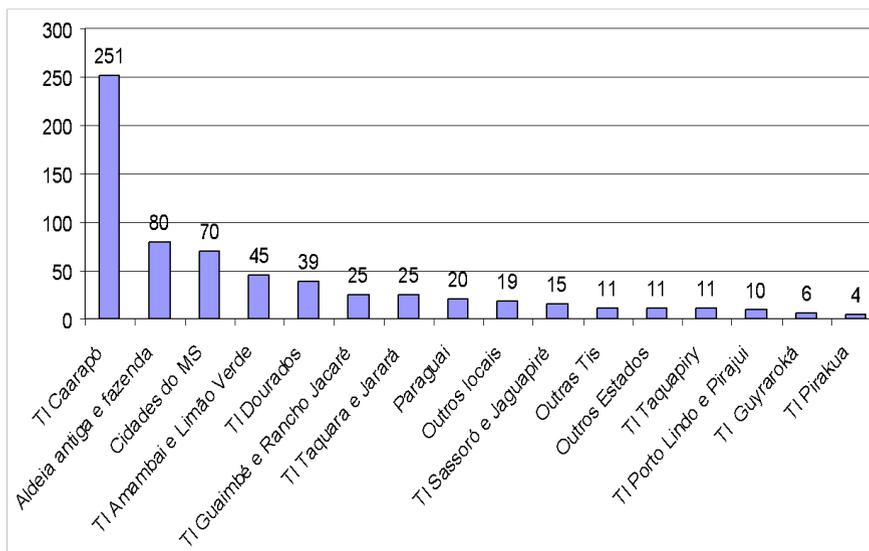
Vale destacar que Caarapó é uma reserva de 3.600 hectares demarcada pelo SPI em 1924, para a qual foram deslocadas populações de dezenas de comunidades Guarani. Essa remoção forçada é definida por Brand (1997) como confinamento e implicou profundas alterações na mobilidade até então praticada por este povo e que se desdobram até o tempo presente. A pesquisa procurou descrever os deslocamentos dos moradores dos domicílios e focou nos adultos, sendo estes considerados a partir de mais ou menos 20 anos de idade de uma geração acima desta.

O gráfico 2 mostra a quantidade de eventos de deslocamentos dos entrevistados por locais de destino. A aldeia/Terra Indígena de Caarapó aparece com a maior quantidade de deslocamentos, um total de 251. Essa aldeia tem por característica a saída e retorno de muitos de seus moradores entrevistados, os quais, em sua maior parte, nasceram nela. Além disso, há um número expressivo de deslocamentos para aldeias antigas, aquelas áreas de ocupação tradicional dos Guarani. Tais deslocamentos se relacionam com as situações de expulsão dos grupos dessas aldeias destruídas para dar lugar às fazendas.

Os deslocamentos também estão associados à rede de relações descritas no item anterior. Desse modo, os demais locais de destino que aparecem com maior frequência no gráfico 2 indicam a relação do *Tekoha Guasu* do qual Caarapó faz

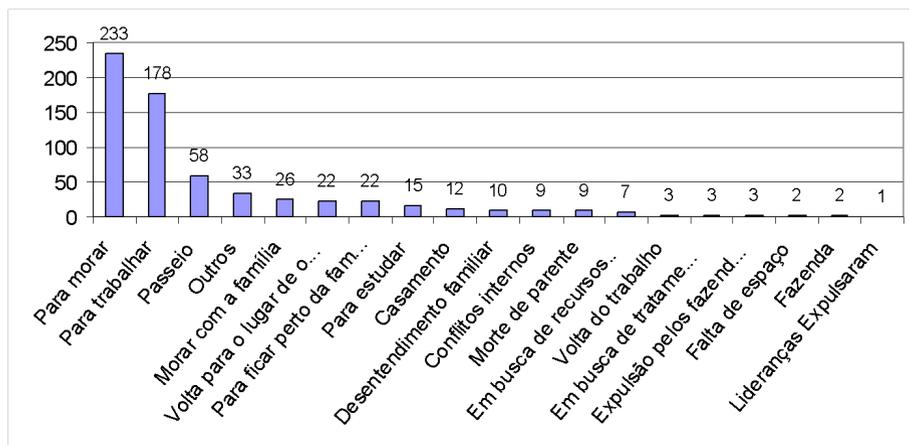
parte com os *Tekoha* da Terra Indígena de Dourados e os *Tekoha* da Terra Indígena de Amambai.

Gráfico 2. Quantidade de deslocamentos dos entrevistados, por local de destino



Fonte: POPMEGK (2009)

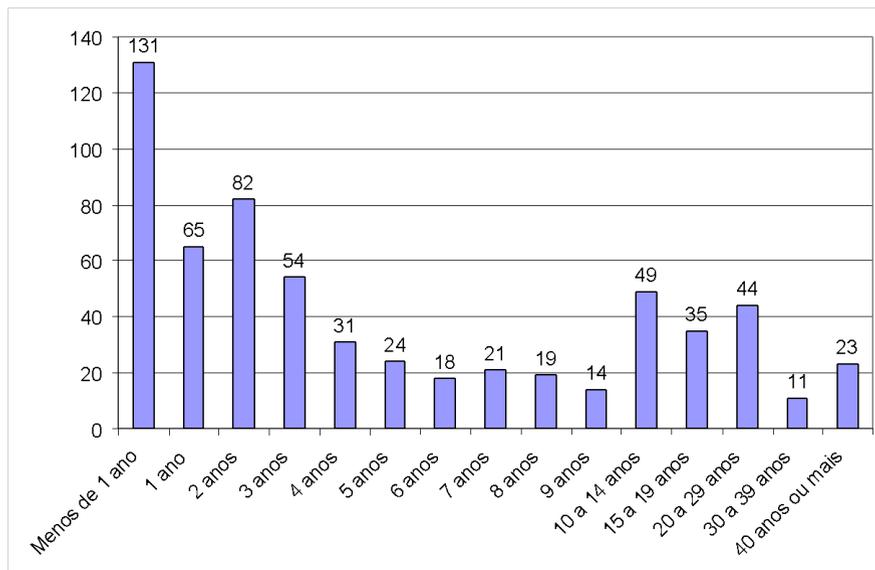
Um dos principais motivos de mobilidade especial refere-se aos deslocamentos para as fazendas e cidade em busca de trabalho, conforme mostra o gráfico 3. A partir de meados do século XX, principalmente nos anos 1960 e 1970, os Guarani enfrentam o fenômeno de grande concentração populacional nas reservas/Terras Indígenas. Isto força uma mudança no estilo de vida dessa população, como a progressiva substituição da sobrevivência através da caça, roça, pesca e coleta pelo trabalho assalariado fora das respectivas aldeias, o que os obrigou a deslocarem-se. Essa situação fica bem demonstrada no Gráfico 3.

Gráfico 3. Deslocamentos dos entrevistados, segundo motivos

Fonte: POPMEGK (2009).

Com relação ao tempo de permanência nos locais de destino, é possível verificar no gráfico 4 três padrões de temporalidade. Um de curto tempo de permanência, de menos de 1 ano até 2 anos, que compõe a maioria dos deslocamentos, totalizando 278 casos referidos pelos entrevistados nessa pesquisa. Tais deslocamentos têm por motivo principal o trabalho assalariado. Um segundo de maior duração, de 10 anos ou mais, que engloba um número expressivo de 162 deslocamentos, os quais compreendem aqueles feitos majoritariamente por motivo de moradia e mudança para outra região. Por fim, o terceiro padrão identificado tem duração média de 3 a 9 anos e agrega os deslocamentos tanto por trabalho assalariado, os quais apresentam um maior tempo de duração, quanto por visitas à família, passeios, casamento, que são de menor duração.

Gráfico 4. Deslocamentos dos entrevistados, segundo tempo de permanência no local de destino



Fonte: POPMEGK (2009)

Considerações finais

Para o Estado brasileiro, os tipos de mobilidade espacial que começamos a analisar nesta pesquisa impactam diretamente na implementação dos direitos dos Guarani à documentação, educação escolar, terra e saúde. O conhecimento dessas formas de mobilidade é relevante para a formulação de políticas públicas com eficiência no alcance de seus objetivos.

Na educação, por exemplo, muitos alunos chegam em Caarapó e solicitam o ingresso na escola, porém não trazem os papéis de transferência ou não possuem documentação para tanto. A escola *Ñande Jara*, no polo de Caarapó, tem o mérito de aceitar esses alunos sem documentação e papéis de transferência e posteriormente resolver esta situação junto com as famílias dos alunos. Contudo, a dificuldade administrativa e burocrática permanece e faz com que muitas crianças fiquem fora da escola, infringindo os direitos fundamentais dos Guarani. E os próprios alunos e suas famílias não têm condições e habilidades para conseguirem superar essas dificuldades. No caso de famílias de outros países, como o Paraguai, ou aquelas que

se mudam para outro estado, esta situação se torna ainda mais grave devido à falta de documentação e incompatibilidade dos sistemas de ensino. Há casos documentados de alunos que tiveram de repetir todo um ciclo de estudos devido à ausência de documentação. Isso acontece porque é comum as equipes das escolas e da administração escolar em geral utilizarem esse argumento para dificultar a matrícula de alunos novos, principalmente se estiverem fora do seu calendário usual. A maioria das escolas do MS é municipal. E, quando um aluno muda de um município para outro, ele tem dificuldades de conseguir a transferência escolar, correndo o risco de perder o ano escolar.

Na área de saúde são principalmente dois tipos de dificuldades que se relacionam à mobilidade específica dos Guarani no Brasil. A primeira é a situação de pessoas em trânsito que, por não possuírem cadastro da Funasa/Siasi ou no polo base onde estão residindo no momento, muitas vezes não conseguem receber tratamento de saúde. A falta de cadastro ainda prejudica o acesso ao histórico de saúde pelas equipes de saúde e dificulta enormemente o diagnóstico e tratamento de qualquer enfermidade. Uma segunda dificuldade diz respeito às famílias que chegam em Caarapó e demoram para conseguir a documentação pessoal, especialmente de crianças. Sem o registro de nascimento, os polos base não atendem as crianças quando estas precisam de serviços de saúde.

Em suma, a documentação é um dos principais problemas enfrentados tanto pelas famílias que chegam do Paraguai quanto por aquelas que saem de Caarapó, no que se refere seja à educação, seja à saúde. Contudo, este não é o único problema a ser enfrentado pelo povo Guarani no MS. Outro entrave é a velha, porém não menos importante, questão da demarcação das Terras Indígenas, a qual já foi tratada em inúmeros documentos oficiais e não oficiais. Em relação à falta de demarcação das terras, nesta pesquisa, vimos como a mobilidade espacial voluntária das famílias Guarani é prejudicada tanto pelo clima de violência contra os Guarani em razão do enorme preconceito que existe na região, quanto pela deterioração cada vez maior das relações interétnicas, entre os Guarani e os não índios das cidades vizinhas. Além disso, as migrações forçadas e os acampamentos de beira de estrada e as retomadas seguem aumentando em número e em violência. Tudo isso caracteriza uma situação de desrespeito aos direitos humanos e aos direitos específicos dos povos indígenas.

Referências

- Azevedo, M. M. (1997). Fontes de dados sobre as populações indígenas brasileiras da Amazônia. *Cadernos de Estudos Sociais*, 13(1), 163-177.
- Brand, A. J. (1997). *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: Os difíceis caminhos da palavra*. [Tese de Doutorado em História]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).
- Brand, A. J. (1993). *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. [Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).
- Brand, A. J., Azevedo, M. M., & Colman, R. (2010). Os Guarani nas fronteiras do Mercosul e suas demandas por políticas públicas. In J. M. Rodrigues (Org.), *Educación, lenguas y culturas en el Mercosur: Pluralidad cultural e inclusión social en Brasil y en Paraguay* (pp. 81-111). Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica.
- Cavalcante, T. L. V. (2013). *Colonialismo, território e territorialidade: A luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul*. [Tese de doutorado em História]. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- Colman, R. (2007). *Território e sustentabilidade: Os Guarani e os Kaiowá de Yvy Katu*. [Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Local]. Universidade Católica Dom Bosco.
- Colman, R. (2015). *Guarani retã e mobilidade espacial guarani: Belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani*. [Tese de doutorado em Demografia]. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- Corrado, E. F., & Crespe, A. (2020, 23-28 de novembro). *Espacios de vida en disputas. Resistencia Kaiowá y Guaraní frente a los desarrollos inmobiliarios en Dourados*. VI Congresso da Associação Latino-americana de Antropologia, Montevideu, Paraguai.
- Corrado, E. F. (2017). “O Tekoha como uma criança pequena”: Uma etnografia de acampamentos Kaiowá em Dourados (MS). [Dissertação de mestrado em Antropologia]. Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

- Corrado, E. F. (2020). A vila tá vindo, chegando a cada ano: uma análise do avanço da cidade de Dourados-MS sobre as áreas de retomadas indígenas. *Ruris, Revista do Centro de Estudos Rurais*, 12(2), 153-176.
- Crespe, A. C. (2015). *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva. Do tekoharã ao tekoha*. [Tese de doutorado em História]. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
- Corrado, E. F. (2009). *Acampamentos indígenas e ocupações: Novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados-MS: (1990-2009)*. [Dissertação de mestrado em História]. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
- Maciel, N. A. (2005). *História dos Kaiowa da Aldeia Panambizinho da década de 1920 aos dias atuais*. [Dissertação de mestrado em História]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).
- Pagliari, H. (2002). *A revolução demográfica dos povos indígenas do Brasil: A experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu –Mato Grosso– 1970-1999*. [Tese de doutorado em Saúde Pública]. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP).
- Pereira, L. M. (2006). Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: O caso dos “índios de Corredor”. *Revista Tellus*, 10(6), 69-81.
- POPMEGK (2009). Apostila primeiros resultados da pesquisa Ojeguata Porã, vários autores, Caarapó, MS. Mimeo.
- Rossato, V.L. (2020). *Será o letrado ainda um dos nossos? Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul*. Edit. Diálogo Freiriano.
- Silva, M. P. da (2013). *Entre vivências e narrativas de Jaryi: Parteiras de Amambai/MS e AIS do Posto de Saúde Bororó II/MS*. [Dissertação de mestrado em Antropologia]. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
- Vietta, K. (2007). *Histórias sobre terras e xamãs kaiowa: Territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados, MS) após 70 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa da fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. [Tese de doutorado em Antropologia Social]. Universidade de São Paulo (USP).